

REGIMENTO INTERNO DA FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP

CAPÍTULO I NATUREZA, FINALIDADE, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio.

Parágrafo Único. A FINEP é regida pelas disposições de seu Estatuto Social, pela Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, no que couber, por este Regimento Interno e por outras disposições oficiais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º A FINEP tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e representações nas cidades do Rio de Janeiro – RJ e São Paulo – SP.

Parágrafo Único. Novas representações no país poderão ser instituídas mediante decisão do Conselho de Administração.

Art. 3º A FINEP tem por missão promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições, públicas ou privadas, que exerçam atividades de pesquisa e desenvolvimento, nos termos dos artigos 218 e 219 da Constituição Federal.

Art. 4º Além das ações previstas em seu Estatuto, e de outras necessárias à consecução de seus objetivos, a FINEP poderá exercer as seguintes atividades:

I – conceder financiamento sob a forma de mútuo e de abertura de créditos, podendo utilizar-se do instrumento de equalização de taxas de juros;

II – financiar estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do País promovidos por sociedades nacionais no exterior;

III – conceder subvenções;

IV – celebrar acordos, convênios, contratos ou outros instrumentos congêneres com entidades nacionais e estrangeiras, públicas e privadas, inclusive para viabilizar maior capilaridade a suas ações por meio da descentralização de operações;

V – participar do capital de sociedades empresárias inovadoras de forma direta ou indireta;

VI – captar recursos no País e no exterior;

VII – conceder a pessoas jurídicas brasileiras, de direito público e privado, bem como a pessoas físicas, premiação em dinheiro através de concorrência pública que vise ao reconhecimento e ao estímulo das atividades de inovação;

VIII – realizar outras operações financeiras autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional;

§1º A proposta de concessão de financiamento a pessoas jurídicas que tenham sua sede e administração fora do País dependerá de prévia manifestação do Conselho de Administração.

§ 2º Os instrumentos de apoio ao desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Inovação previstos neste artigo poderão ser utilizados de forma integrada, respeitadas as regras atinentes a cada instrumento.

Art. 5º A FINEP exercerá, além do disposto no artigo 4º, a função de Secretaria-Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, nos termos da legislação pertinente.

Parágrafo Único. A FINEP poderá exercer também a gestão e a administração de outros Fundos instituídos pelo Poder Público.

Art. 6º O prazo de duração da FINEP é indeterminado, cabendo ao Poder Executivo Federal regular o destino de seu patrimônio em caso de dissolução.

CAPÍTULO II

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 7º A FINEP tem a seguinte estrutura organizacional:

I – Órgãos de Direção e Administração:

1. Conselho de Administração;

2. Diretoria-Executiva:

- a) Presidência;
- b) Diretoria de Administração e Finanças;
- c) Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- d) Diretoria de Inovação;

II – Órgãos de Fiscalização e Acompanhamento

1. Conselho Fiscal;

2. Conselho Consultivo;
3. Comissão de Ética;
4. Ouvidoria;
5. Auditoria Interna;

CAPÍTULO III **ÓRGÃOS DE DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO**

Seção I **Conselho de Administração**

Art. 8º O Conselho de Administração, órgão de orientação superior da FINEP, tem as seguintes atribuições:

- I – a orientação geral das ações e atividades desenvolvidas pela FINEP;
- II – fixar a política e diretrizes básicas da FINEP;
- III – aprovar os orçamentos de custeio e de investimento;
- IV – deliberar sobre os balanços patrimoniais e as demonstrações financeiras, inclusive a criação de reservas de lucros;
- V – aprovar ou pronunciar-se sobre os aumentos de capital, nos termos do Estatuto Social e da legislação pertinente;
- VI – autorizar a aquisição, a alienação e a oneração de bens imóveis;
- VII – aprovar a criação de representações ou agências da FINEP;
- VIII – deliberar sobre as seguintes questões, previamente ao seu encaminhamento ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação:
 - a) a proposta de alteração do Estatuto Social feita pela Diretoria-Executiva;
 - b) o Regulamento de Pessoal, com os direitos e deveres dos empregados, o regime disciplinar e as normas sobre apuração de responsabilidade;
 - b) as alterações efetuadas no Regulamento de Licitações e Contratos da FINEP;
 - c) o Quadro de Pessoal, ou indicação, em três colunas, do total de empregos e o número de empregos providos e de vagas, discriminados em carreira ou categoria, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano;
- IX – decidir sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria-Executiva ou pelo Conselho Consultivo;

X – estabelecer as diretrizes para elaboração do plano de auditoria interna, aprová-lo e modificá-lo a qualquer tempo;

XI – designar e destituir, por proposta da Diretoria-Executiva, o titular da Auditoria Interna.

XII – manifestar-se, previamente à deliberação da Diretoria-Executiva, mediante proposta desta, quanto à concessão de financiamento à pessoa jurídica que tenha sua sede e administração fora do País.

Parágrafo Único. A composição e as regras de funcionamento do Conselho de Administração são definidas no Estatuto Social.

Seção II

Diretoria-Executiva

Art. 9º A Diretoria-Executiva, órgão de direção geral, é composta por um Presidente e três diretores, nomeados na forma do Estatuto Social da Empresa.

§1º Compete à Diretoria-Executiva praticar todos os atos necessários à adequada gestão dos negócios da Empresa, especialmente:

I – estabelecer e fazer executar o programa de ação da Empresa;

II – aprovar as normas de operação;

III – deliberar sobre as operações e atividades referidas no art. 4º deste Regimento Interno;

IV – aprovar a estrutura básica da Empresa, com a definição das atribuições de cada unidade técnica ou administrativa;

V – aprovar normas gerais de administração de material e de pessoal, inclusive as que se relacionem com a fixação de quadros de salários, observadas as normas vigentes;

VI – autorizar:

a) transigência, renúncia e desistência de direitos, bem como a aquisição, oneração e alienação de bens móveis;

b) a realização de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações e compromissos para a FINEP;

VII – aprovar os balancetes de administração, os balanços patrimoniais e dos Fundos referidos no art. 5º, e submetê-los ao Conselho de Administração, acompanhados do pronunciamento do Conselho Fiscal e, quando assim entender conveniente, do pronunciamento de auditorias independentes;

VIII – propor ao Conselho de Administração:

- a) alterações do Estatuto;
- b) os orçamentos de custeio e de investimento;

IX – deliberar sobre o aumento do capital social;

X – pronunciar-se sobre todas as matérias que devam ser apresentadas ao Conselho de Administração;

XI – aprovar a indicação de funcionários da Empresa para compor comitês gestores dos fundos setoriais e outros fóruns ou colegiados de que faça parte a FINEP.

§1º A execução das atividades referidas nos incisos III e VI deste artigo poderão ser atribuídos a Diretor ou a quem a Diretoria-Executiva formalmente delegar, observados os valores de alçada estabelecidos e os assuntos especificados no ato de delegação.

§2º A Diretoria-Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente, deliberando com a presença do Presidente, ou de seu substituto eventual, e de pelo menos dois diretores.

§3º As decisões da Diretoria-Executiva serão tomadas por maioria de votos dos presentes e registradas em ata, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o de desempate.

§4º São atribuições dos Diretores, nas respectivas áreas de atuação:

I – prestar assistência ao Presidente nas questões pertinentes à sua área de atuação;

II – coordenar a elaboração da programação anual das respectivas áreas;

III – representar a FINEP por indicação de seu Presidente;

IV – firmar acordos, contratos e convênios quando autorizados pela Diretoria-Executiva;

V – solicitar a realização de reunião extraordinária da Diretoria-Executiva;

IV – desempenhar outras atividades que lhes forem atribuídas pela Presidência da FINEP.

§5º Os Diretores serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos regulamentares, por outro integrante da Diretoria-Executiva designado pelo Presidente da Empresa.

§6º O Diretor designado substituto de outro Diretor deverá acumular as funções durante os períodos de substituição.

Seção III

Presidência

Art. 10. Compete ao Presidente, além das atribuições comuns aos membros da Diretoria-Executiva:

- I – aprovar a orientação geral das atividades;
- II – executar e mandar executar o programa de ação e as demais decisões da Diretoria-Executiva, conduzindo e supervisionando as atividades da Empresa;
- III – representar a FINEP em juízo ou fora dele, podendo delegar esta atribuição em casos específicos e, em nome da Empresa, constituir mandatários ou procuradores;
- IV – convocar e presidir as reuniões da Diretoria-Executiva e do Conselho Consultivo;
- V – propor a distribuição de competências e de atribuições entre os membros da Diretoria-Executiva;
- VI – dar conhecimento ao Conselho de Administração, mensalmente, das atividades da FINEP;
- VII – encaminhar ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, nos prazos legais, a prestação de contas do exercício findo, com o parecer do Conselho de Administração e o pronunciamento do Conselho Fiscal, bem assim os documentos necessários ao exercício da supervisão ministerial;
- VIII – submeter ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, após a aprovação pelo Conselho de Administração, a proposta do Orçamento-Programa do FNDCT;
- IX – designar os substitutos dos diretores nos seus afastamentos ou impedimentos regulamentares;
- X – nomear superintendentes, chefes de departamento, assessores e demais ocupantes de cargos de livre provimento;
- XI – decidir, *ad referendum* da Diretoria-Executiva, os casos de urgência e de relevante interesse, submetendo a matéria ao colegiado na primeira reunião que se seguir à referida decisão;
- XII – avocar a decisão sobre qualquer assunto que se situe no âmbito das unidades que lhe são subordinadas;
- XIII – responder a requerimento de informação oriundo do Poder Legislativo, bem como os requerimentos oriundos dos órgãos de controle interno e externo, quando endereçados à Presidência da Empresa;

XIV – comunicar ao Ministério Público, após manifestação da área Jurídica, os crimes definidos em Lei como de ação pública, ou indícios da prática de tais crimes;

XV – determinar a abertura de sindicância ou a instauração de processo administrativo disciplinar e aplicar as eventuais penalidades decorrentes;

XVI – autorizar o encaminhamento, para o MCTI, de solicitações de autorização de afastamento de funcionários para realização de missões no exterior;

XVII – autorizar a concessão de redução de jornada de trabalho, com a correspondente redução de remuneração, ouvidas a Diretoria em que está lotado o funcionário e a Área de Recursos Humanos;

XVIII – praticar os demais atos inerentes às suas funções.

§1º O Presidente será substituído, em suas faltas ou impedimentos regulamentares, por um dos diretores da Empresa designado pelo Presidente da República.

§2º O Diretor designado substituto do Presidente deverá acumular as funções durante os períodos de substituição.

Art. 11. A Presidência da FINEP é constituída pelos seguintes órgãos de apoio:

I – Gabinete da Presidência (GAPR);

II – Área de Planejamento (APLA);

III – Área de Recursos Humanos (ARH);

IV – Área Jurídica (AJUR);

V – Área de Desenvolvimento Organizacional (ADES);

VI – Coordenação de Cooperação Internacional (CINT);

VII – Escritório de Brasília (ESB);

Art. 12. Compete ao GAPR dar apoio técnico e administrativo à Presidência e à Diretoria-Executiva, bem como coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos vinculados.

§1º O gabinete da Presidência tem a seguinte estrutura:

I – Assessoria de Apoio aos Colegiados (ASCL);

II – Departamento de Comunicação (DCOM);

III – Departamento de Promoção (DPRO);

IV – Departamento de Marketing (MKT).

§2º Compete à ASCL: secretariar as reuniões dos órgãos colegiados e fóruns institucionais da FINEP, sobretudo no que se refere à organização, agendamentos, preparação de material e divulgação de resultados; elaborar e controlar documentos operacionais e administrativos gerados nos órgãos colegiados e fóruns institucionais, responsabilizando-se pela conformidade institucional e guarda; formalizar, interna e externamente, controlar, acompanhar e atualizar as representações institucionais e as filiações a entidades de que a FINEP participa.

§3º Compete ao DCOM: executar as atividades de seleção, redação e divulgação de notícias nos veículos oficiais de comunicação, impressos e eletrônicos; assessorar a Diretoria-Executiva e as demais unidades organizacionais nos assuntos ligados à comunicação com a imprensa; editar as publicações jornalísticas da Empresa; administrar e supervisionar os sites e outras iniciativas em mídias eletrônicas; coordenar as atividades de comunicação interna de caráter informativo.

§4º Compete ao DPRO: promover ampla divulgação das ações e dos programas operados pela FINEP, por meio de articulação institucional, eventos, ações culturais, patrocínios, publicações, publicidade, propaganda e marketing; coordenar as ações de endomarketing, de comunicação interna com caráter promocional e demais ações atinentes à sua área de atuação.

§5º Compete ao MKT: planejar estratégias de relacionamento, estabelecer canais de comunicação e interagir com clientes e parceiros do sistema da CT&I, através de articulação institucional, patrocínio e ações de marketing, aprimorando a imagem institucional da empresa; coordenar o Prêmio FINEP de Inovação, o Projeto Gestão de Clientes FINEP e o SEAC – Serviço de Atendimento ao Cliente.

Art. 13. Compete à Área de Planejamento: coordenar o processo de formulação e consolidação de estudos, planos de ação e programas da FINEP; coordenar, acompanhar e avaliar as ações relacionadas às atividades operacionais; coordenar e apoiar as áreas operacionais na implementação das diretrizes estratégicas e dos programas da FINEP; coordenar a relação com o MCTI para a implementação das atividades do FNDCT; coordenar o processo de definição de objetivos e metas organizacionais e sua implementação; promover a gestão estratégica da informação das ações operacionais; avaliar a priorização dos projetos submetidos à FINEP;

§1º A APLA tem a seguinte estrutura:

I – Departamento de Fomento Institucional (DEFI);

II – Departamento de Acompanhamento, Avaliação e Gestão da informação (DAGI);

III – Departamento de Programas e Projetos Especiais (DPPE);

§2º Compete ao DEFI: elaborar políticas e planos de fomento institucional; coordenar as ações de fomento institucional; articular e desenvolver parcerias, redes e novos negócios;

§3º Compete ao DAGI: preparar informações gerenciais para acompanhamento pela Diretoria-Executiva; acompanhar o Plano de Investimentos do FNDCT; avaliar ações, instrumentos e programas; elaborar relatórios oficiais; acompanhar a implementação do Plano de Gestão Estratégica.

§4º Compete ao DPPE: elaborar e desenvolver programas, ações estruturadas e projetos especiais; organizar estudos para prospectar tendências; assessorar a Diretoria-Executiva na elaboração e no acompanhamento de políticas e prioridades.

Art. 14. Compete à Área de Recursos Humanos gerenciar as atividades de gestão e desenvolvimento do quadro de pessoal da FINEP.

§1º A ARH tem a seguinte estrutura:

I – Departamento de Administração de Recursos Humanos (DARH);

II – Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DERH);

§2º Compete ao DARH executar, acompanhar e controlar o desempenho de atividades inerentes à administração dos recursos humanos, bem como desenvolver ações voltadas ao aprimoramento das relações de trabalho.

§3º Compete ao DERH: identificar, formular e propor políticas, diretrizes e planos de desenvolvimento de recursos humanos, promovendo sua implementação; desenvolver ações voltadas para a boa alocação e remanejamento de pessoal na FINEP; prospectar e disseminar informações bibliográficas com vistas a subsidiar as diversas unidades em suas atividades.

Art. 15. Compete à Área Jurídica, sem prejuízo das atividades definidas nos parágrafos deste artigo:

I - manifestar-se previamente à celebração de contratos, convênios ou acordos de qualquer natureza;

II – promover a defesa judicial dos interesses da Empresa;

III – prestar assessoria jurídica à Diretoria-Executiva;

IV – acompanhar a tramitação de processos e procedimentos judiciais terceirizados;

V – opinar sobre as normas internas elaboradas pela Diretoria-Executiva.

§1º A AJUR tem a seguinte estrutura:

I – Departamento de Convênios e Consultoria Jurídica (DCCJ);

II – Departamento Jurídico de Contencioso (DJCT);

III – Departamento de Consultoria Jurídica em Contratos (DCCT);

IV – Departamento de Consultoria Jurídica em Contratos Administrativos (DCCA).

§2º Compete ao DCCJ: elaborar convênios, acordos de cooperação e outros instrumentos congêneres; elaborar e analisar editais de chamadas públicas; prestar consultoria jurídica e auxiliar no atendimento às demandas emanadas dos órgãos de controle interno dentro de sua área de atuação.

§3º Compete ao DJCT: realizar a defesa judicial da FINEP; opinar nos procedimentos de renegociação de dívidas (judicial e extrajudicial); acompanhar a tramitação de processos e procedimentos judiciais eventualmente terceirizados; prestar consultoria jurídica e auxiliar no atendimento às demandas emanadas dos órgãos de controle, dentro de sua área de atuação.

§4º Compete ao DCCT: prestar consultoria jurídica nas questões contratuais relacionadas às operações voltadas para entidades com finalidade lucrativa; participar de grupos de análise de tais operações, elaborando instrumentos contratuais e convocatórios; auxiliar no atendimento às demandas emanadas dos órgãos de controle, dentro de sua área de atuação.

§5º Compete ao DCCA: prestar consultoria jurídica nas questões administrativas; elaborar e cancelar contratos administrativos; auxiliar as áreas administrativas na elaboração de editais para realização de procedimentos licitatórios; auxiliar no atendimento às demandas emanadas dos órgãos de controle, dentro de sua área de atuação.

Art. 16. Compete à Área de Desenvolvimento Organizacional apoiar a melhoria permanente dos resultados corporativos por meio de ações integradas voltadas para a inovação e a gestão dos processos e sistemas de trabalho.

§1º A ADES tem a seguinte estrutura:

I – Departamento de Suporte e Serviços de Tecnologia da Informação (DSIN);

II – Departamento de Gestão e Inovação de Sistemas (DGIS);

III – Departamento de Gestão e Inovação de Processos Organizacionais (DEPO);

§2º Compete ao DSIN: projetar, implementar, gerir e promover a atualização contínua dos processos e recursos associados à infraestrutura de Tecnologia da Informação,

de forma a garantir o suporte adequado às diretrizes estratégicas da Empresa; garantir a conectividade dos dispositivos homologados à infraestrutura de rede, bem como a disponibilidade, a integridade, a segurança e a qualidade de acesso aos dados armazenados nos servidores corporativos e à Internet; prover suporte adequado de hardware e software básico aos usuários homologados.

§3º Compete ao DGIS: planejar, projetar, construir e gerir os sistemas corporativos para suportar as diretrizes estratégicas da Empresa; promover processo contínuo de atualização tecnológica de sistemas; estabelecer instrumentos de governança e gestão para apoiar as decisões de priorização e alocação de recursos em sua área de atuação, permitindo a utilização racional desses recursos;

§4º Compete ao DEPO: gerir os padrões de arquitetura, ferramentas, projetos de modelagem e base de dados de processos; apoiar as unidades organizacionais na gestão e melhoria dos processos; assegurar a implementação de modelos e tecnologias de gestão; exercer a interface e apoiar a arquitetura de sistemas de informação; gerir padrões, ferramentas e coordenar projetos de normalização e de gestão de conformidade; apoiar projetos de capacitação interna em processos de normalização.

Art. 17. Compete à Coordenação de Cooperação Internacional assessorar a Diretoria-Executiva da FINEP nas ações relacionadas à identificação, negociação e acompanhamento de iniciativas de cooperação com parceiros internacionais em temas e áreas prioritários, bem como na promoção de eventos que envolvam a participação de entidades de outros países.

Art. 18. Compete ao Escritório de Brasília representar a FINEP perante o Congresso Nacional; monitorar a agenda legislativa relativa à ciência, tecnologia e inovação, bem como outras proposições legislativas de interesse da Empresa; zelar pelos interesses da Empresa perante órgãos do Poder Público, entidades privadas, organismos internacionais e demais instituições localizados em Brasília.

Seção IV

Diretoria de Administração e Finanças

Art. 19. A Diretoria de Administração e Finanças (DRAF), órgão responsável pela gestão dos recursos materiais e financeiros da Empresa, tem a seguinte estrutura:

I – Área Financeira e de Captação (AFC);

II – Área de Crédito (ACRD);

III – Área de Serviços Corporativos (ASEC).

Parágrafo Único. O Diretor de Administração e Finanças será substituído, em suas faltas e impedimentos regulamentares, por outro membro da Diretoria-Executiva, designado pelo Presidente, que acumulará as funções durante o período de substituição.

Art. 20. Compete à Área Financeira e de Captação planejar, executar, acompanhar, controlar e registrar as atividades inerentes à origem e à aplicação dos recursos orçamentários e financeiros da FINEP, bem como participar das atividades relacionadas à captação de recursos, em consonância com as estratégias e diretrizes estabelecidas pela Direção da Empresa.

§1º A AFC tem a seguinte estrutura:

I – Departamento de Controle Financeiro e de Contratos Nacionais e Internacionais (DCOF);

II – Departamento de Cobrança (DCOB);

III – Departamento de Contabilidade (DCNT);

IV – Departamento de Tesouraria (DTES);

V – Departamento de Orçamento (DORC).

§2º Compete ao DCOF: executar e controlar os desembolsos, pagamentos de dívida e comprovações de gastos resultantes de operações de crédito nacionais e internacionais; auxiliar a AFC na organização e na condução de iniciativas voltadas à captação de recursos.

§3º Compete ao DCOB realizar as cobranças dos contratos de financiamento reembolsáveis, diretamente ou como prestador de serviço a fundos de investimentos que têm como ativos projetos saídos da carteira da FINEP, bem como proceder aos acertos com a Contabilidade; gerenciar a arrecadação de contribuições e outros valores referentes a fundos setoriais administrados pela Empresa.

§4º Compete ao DCNT registrar as operações financeiras das unidades organizacionais da FINEP, providenciando as respectivas apropriações de custos e de desembolsos efetuados.

§5º Compete ao DTES: realizar e registrar os pagamentos e recebimentos de competência da FINEP; movimentar e controlar as contas bancárias da Empresa e outras disponibilidades na Conta Única; realizar o cadastramento das operações de financiamento, os empenhos e a descentralização orçamentária, procedendo às publicações exigidas por Lei; manter o controle e guarda de valores nos cofres; disponibilizar as despesas realizadas mensalmente por centro de custo.

§ 6º Compete ao DORC: elaborar as propostas para as programações orçamentárias e financeiras da FINEP e dos recursos por ela administrados; controlar a execução orçamentária e financeira; subsidiar a Diretoria-Executiva, demais unidades da empresa e órgãos de controle com as informações e relatórios atinentes a sua área de atuação.

Art. 21. Compete à Área de Crédito identificar, formular e propor políticas e diretrizes de crédito, de avaliação e acompanhamento de garantias, de liberação e acompanhamento de contratos e convênios, e ainda de recuperação de créditos, visando preservar a seletividade e a qualidade do crédito.

§1º A ACRD tem a seguinte estrutura:

I – Departamento de Análise de Crédito (DCRE);

II – Departamento de Prestação de Contas de Convênios, Termos e Acordos de Cooperação (DPC1);

III – Departamento de Prestação de Contas de Subvenção e Contratos (DPC2);

IV – Departamento de Recuperação de Crédito (DREC);

V – Departamento de Avaliação e Acompanhamento de Garantias (DAAG).

§2º Compete ao DCRE: desenvolver normas e modelos de avaliação econômico-financeira de empresas para fins de análise, acompanhamento de concessão de crédito e outras formas de apoio financeiro, estabelecendo indicadores; elaborar análises econômico-financeiras referentes a todas as solicitações de crédito, inclusive realizando a avaliação de risco de cada empresa, mediante a participação em grupos técnicos de análise com profissionais das áreas operacionais; acompanhar o risco financeiro da carteira reembolsável da FINEP.

§3º Compete ao DPC1: executar todo o acompanhamento financeiro dos convênios, termos e acordos de cooperação, incluindo liberação de recursos, remanejamento financeiro/alteração de itens, análise das prestações de contas parciais e finais, treinamento externo em gestão financeira de projetos e visita de fiscalização.

§4º Compete ao DPC2: executar todo o acompanhamento financeiro das subvenções e contratos reembolsáveis, incluindo liberação de recursos, remanejamento financeiro/alteração de itens, análise das prestações de contas parciais e finais, treinamento externo em gestão financeira de projetos e visita de fiscalização.

§5º Compete ao DREC: proceder à análise econômico-financeira das empresas inadimplentes e formular propostas para as operações de renegociação de crédito; avaliar e sugerir ações que visem à diminuição da inadimplência das operações reembolsáveis; envidar esforços na recuperação dos créditos em cobrança judicial.

§6º Compete ao DAAG: verificar a consistência dos bens oferecidos em garantia ou dação em pagamento, através da análise de laudos de avaliação enviados pelas empresas proponentes; acompanhar as garantias constantes das operações reembolsáveis visando ao cumprimento das respectivas cláusulas contratuais; assessorar a Área Jurídica na atualização do valor de mercado e liquidação forçada de bens em processos judiciais, assim como a Área Administrativa em relação aos bens imóveis de propriedade da FINEP;

analisar e acompanhar, em conjunto com as áreas competentes, os casos excepcionais que envolverem propostas de garantias não reais ou outros tipos, podendo solicitar, caso necessário, a contratação de empresas especializadas para elaboração de laudos de avaliação.

Art. 22. Compete à Área de Serviços Corporativos planejar e executar a gestão de compras e aquisição de serviços, bem como prestar apoio logístico às atividades desenvolvidas pela Empresa, responsabilizando-se pelos serviços de protocolo e arquivo de documentos.

§1º A ASEC tem a seguinte estrutura:

I – Departamento de Serviços Administrativos (DSAD);

II – Departamento de Contratações e Compras Administrativas (DCAD).

§2º Compete ao DSAD: coordenar e fiscalizar a execução dos serviços administrativos, tais como manutenção predial, limpeza e conservação, almoxarifado, caixa para despesas de pequeno vulto, serviços de engenharia e arquitetura, controle de patrimônio e inventário, viagens e eventos, reprografia, telefonia, segurança, veículos e representação condominial.

§3º Compete ao DCAD: planejar e executar as aquisições de bens e serviços, incluindo os procedimentos aplicáveis aos processos licitatórios; gerenciar e garantir o pagamento de aquisições diretas e contratos administrativos.

Seção V

Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Art. 23. A Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DDCT), órgão responsável pelo apoio às universidades e institutos de pesquisa, bem como pelo fomento a ações de ciência, tecnologia e inovação voltadas ao desenvolvimento social, tem a seguinte estrutura:

I – Área de Tecnologia para o Desenvolvimento Social (ATDS);

II – Área de Institutos Tecnológicos e de Pesquisa (AITP);

III – Área das Universidades (AUNI).

Parágrafo Único. O Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico será substituído, em suas faltas e impedimentos regulamentares, por outro membro da Diretoria-Executiva, designado pelo Presidente, que acumulará as funções durante o período de substituição.

Art. 24. Compete à ATDS: fomentar e apoiar as ações relacionadas ao desenvolvimento social, especialmente nas áreas de saúde, educação, cultura, segurança alimentar e nutricional, segurança pública, defesa, economia solidária, inclusão digital,

habitação, recursos hídricos e saneamento ambiental, com foco em programas e projetos voltados para a identificação de oportunidades e para a resolução de problemas prioritários definidos em políticas públicas; identificar, propor e formular políticas, diretrizes e programas junto às instâncias deliberativas da FINEP.

§1º A ATDS tem a seguinte estrutura:

I – Departamento de Tecnologias Sociais 1 (DTS1);

II – Departamento de Tecnologias Sociais 2 (DTS2);

§2º Compete ao DTS1: subsidiar a ATDS na proposição de políticas, diretrizes e programas nos setores de sua competência; fomentar ações de C,T&I junto aos clientes potenciais e efetivos da FINEP; coordenar, no âmbito de sua área de atuação, grupos de análise técnica, emitindo pareceres para subsidiar as instâncias decisórias da FINEP; coordenar e executar o acompanhamento técnico e a avaliação de resultados.

§3º Compete ao DTS2: subsidiar a ATDS na proposição de políticas, diretrizes e programas nos setores de sua competência; fomentar ações de C,T&I junto aos clientes potenciais e efetivos da FINEP; coordenar, no âmbito de sua área de atuação, grupos de análise técnica, emitindo pareceres para subsidiar as instâncias decisórias da FINEP; coordenar e executar o acompanhamento técnico e a avaliação de resultados.

Art. 25. Compete à AITP: fomentar e apoiar as ações de C,T&I relacionadas com a difusão e extensão tecnológica, especialmente em ações cooperativas com os institutos de pesquisa tecnológica, visando o aumento da competitividade e a redução das diferenças regionais; identificar, propor e formular políticas, diretrizes e programas junto às instâncias deliberativas da FINEP.

§1º A AITP tem a seguinte estrutura:

I – Departamento de Instituições de Pesquisa (DIPE);

II – Departamento de Institutos de Pesquisa em Áreas Estratégicas (DIPA);

III – Departamento de Institutos Tecnológicos (DITE).

§2º Compete ao DIPE: fomentar ações de C, T & I definidas no Plano de Governo e estabelecidas pelo MCTI; apoiar as atividades de Institutos Tecnológicos e de Pesquisa relacionadas à infraestrutura, metrologia, serviços e pesquisa tecnológica; coordenar, no âmbito de suas atribuições, os grupos de análise técnica, emitindo pareceres que subsidiem as instâncias decisórias da FINEP; participar da elaboração das metodologias de acompanhamento técnico e de avaliação de resultados; realizar o acompanhamento técnico dos projetos sob sua responsabilidade.

§3º Compete ao DIPA: fomentar ações de C, T & I definidas no Plano de Governo e estabelecidas pelo MCTI; apoiar as atividades de Institutos de Pesquisa relacionadas a pesquisas em áreas estratégicas; coordenar, no âmbito de suas atribuições, os grupos de análise técnica, emitindo pareceres que subsidiem as instâncias decisórias da FINEP;

participar da elaboração das metodologias de acompanhamento técnico e de avaliação de resultados; realizar o acompanhamento técnico dos projetos sob sua responsabilidade.

§4º Compete ao DITE: fomentar ações de C, T & I definidas no Plano de Governo e estabelecidas pelo MCTI; apoiar as atividades de Institutos Tecnológicos e de Pesquisa relacionadas à extensão e ao desenvolvimento tecnológico, estimulando a interação entre Institutos e Empresas; coordenar, no âmbito de suas atribuições, os grupos de análise técnica, emitindo pareceres que subsidiem as instâncias decisórias da FINEP; participar da elaboração das metodologias de acompanhamento técnico e de avaliação de resultados; realizar o acompanhamento técnico dos projetos sob sua responsabilidade.

Art. 26. Compete à AUNI: fomentar e apoiar ações de C,T&I das universidades e instituições de pesquisa com o objetivo de promover o fortalecimento institucional tanto das instituições emergentes como das consolidadas, reforçando sua vocação regional, sua infraestrutura e seus grupos de pesquisa cuja temática esteja orientada para a consolidação e a ampliação do conhecimento nas Áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Sociais e da Vida e Engenharias e Infraestrutura de Pesquisa; identificar, propor e formular políticas, diretrizes e programas junto às instâncias deliberativas da FINEP.

§1º A AUNI tem a seguinte estrutura:

I – Departamento de Fomento, Análise e Acompanhamento Técnico I – Ciências Exatas e da Terra (DUN1);

II – Departamento de Fomento, Análise e Acompanhamento Técnico II – Ciências Humanas, Sociais e da Vida (DUN2);

III – Departamento de Fomento, Análise e Acompanhamento Técnico III – Engenharias e Infraestrutura das Instituições de Pesquisa (DUN3).

§2º Compete ao DUN1: participar da elaboração de propostas de atuação da AUNI nos setores afetos à mesma; fomentar as ações de C,T&I previstas no plano de ação da Área, junto aos clientes potenciais e efetivos da FINEP; coordenar, no âmbito de suas atribuições, grupos de análise técnica, emitindo pareceres que subsidiem as instâncias decisórias da FINEP; participar da elaboração das metodologias de acompanhamento técnico e avaliação de resultados; realizar o acompanhamento técnico e avaliar os projetos sob sua responsabilidade;

§3º Compete ao DUN2: participar da elaboração de propostas de atuação da AUNI nos setores afetos à mesma; fomentar as ações de C,T&I previstas no plano de ação da Área, junto aos clientes potenciais e efetivos da FINEP; coordenar, no âmbito de suas atribuições, grupos de análise técnica, emitindo pareceres que subsidiem as instâncias decisórias da FINEP; participar da elaboração das metodologias de acompanhamento técnico e avaliação de resultados; realizar o acompanhamento técnico e avaliar os projetos sob sua responsabilidade;

§4º Compete ao DUN3: participar da elaboração de propostas de atuação da AUNI nos setores afetos à mesma; fomentar as ações de C,T&I previstas no plano de ação da Área, junto aos clientes potenciais e efetivos da FINEP; coordenar, no âmbito de suas atribuições, grupos de análise técnica, emitindo pareceres que subsidiem as instâncias decisórias da FINEP; participar da elaboração das metodologias de acompanhamento técnico e avaliação de resultados; realizar o acompanhamento técnico e avaliar os projetos sob sua responsabilidade;

Seção VI

Diretoria de Inovação

Art. 27. A Diretoria de Inovação (DRIN), órgão responsável pelo fomento às ações de pesquisa e desenvolvimento executadas pelo Setor Empresarial, tem a seguinte estrutura:

I – Área de Financiamento (AFI);

II – Área de Apoio a Projetos Inovadores (API);

III – Área de Investimento (AINV);

IV – Superintendência Regional de São Paulo – SP (SRSP).

Parágrafo Único. O Diretor de Inovação será substituído, em suas faltas e impedimentos regulamentares, por outro membro da Diretoria-Executiva, designado pelo Presidente, que acumulará as funções durante o período de substituição.

Art. 28. Compete à AFI: financiar os planos e projetos de P&D e Inovação nas empresas, que resultem na criação e manutenção de vantagem competitiva e contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País, em consonância com as políticas governamentais, por meio de instrumentos de concessão de crédito, subvenção econômica e apoio à cooperação com instituições científicas e tecnológicas; identificar, propor e formular políticas, diretrizes e programas junto às instâncias deliberativas da FINEP.

§1º A AFI tem a seguinte estrutura:

I – Departamento de Processos Industriais (DPIN);

II – Departamento de Petróleo, Gás e Indústria Naval (DPGN);

III – Departamento de Tecnologia da Informação e Serviços (DTIS);

IV – Departamento de Metal Mecânica e Equipamentos (DMEQ);

§2º Compete ao DPIN: fomentar, avaliar e acompanhar planos, programas e projetos de P&D e inovação de empresas, utilizando-se dos instrumentos disponíveis, concentrando suas ações no apoio às indústrias de processo, abrangendo, entre outros, os

setores de petroquímica, química, fármacos, kits diagnósticos e cosméticos, nano e biotecnologia, siderurgia, mineração, cerâmica, têxtil, papel e celulose e agronegócio.

§3º Compete ao DPGN: fomentar, avaliar e acompanhar planos, programas e projetos de P&D e Inovação de empresas, utilizando-se dos instrumentos disponíveis, concentrando suas ações no apoio à cadeia de Petróleo, Gás e Indústria Naval.

§4º Compete ao DTIS: fomentar, avaliar e acompanhar planos, programas e projetos de P&D e Inovação de empresas, utilizando-se dos instrumentos disponíveis, concentrando suas ações no apoio à cadeia de Tecnologia da Informação e Comunicação, incluindo *Software*, Microeletrônica, Semicondutores, Processos Nanotecnológicos e Serviços associados, entre outros.

§5º Compete ao DMEQ: fomentar, avaliar e acompanhar planos, programas e projetos de P&D e inovação de empresas, utilizando-se dos instrumentos disponíveis, concentrando suas ações no apoio aos segmentos das indústrias metal mecânica, de transportes, automotiva, ferroviária, de máquinas e implementos, caldeiraria, serviços de saneamento e logística, e equipamentos médicos e hospitalares, entre outros.

Art. 29. Compete à API apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em empresas por meio da concessão de recursos de subvenção econômica, crédito reembolsável e investimento direto em participações, sempre em consonância com as políticas e diretrizes governamentais.

§1º A API tem a seguinte estrutura:

I – Departamento de Apoio a Projetos Inovadores I (DPI1);

II – Departamento de Apoio a Projetos Inovadores II (DPI2);

III – Departamento de Subvenção Nacional (DSN);

§2º Compete ao DPI1: fomentar, analisar, acompanhar e avaliar resultados de projetos de P,D&I de empresas, com foco nos segmentos de defesa, aeroespacial e energia (exceto petróleo & gás); propor e desenvolver programas relacionados a estes segmentos; estruturar o modelo de integração operacional dos instrumentos de apoio à inovação, incluindo a modalidade de investimento direto por meio de participações societárias em empresas;

§3º Compete ao DPI2: fomentar, analisar, acompanhar e avaliar resultados de projetos de P,D&I de empresas brasileiras com foco nos segmentos de pré-investimentos e apoio a grandes eventos; acompanhar os programas PAPPE Subvenção, PAPPE Integração, PRIME, ANCINE, SEBRAE e PNI (parques e incubadoras) com foco na descentralização operacional e cooperação com parceiros estratégicos;

§4º Compete ao DSN: formular editais e coordenar a seleção de propostas das chamadas nacionais para os programas de subvenção econômica, visando subsidiar as

instâncias decisórias da FINEP; participar do acompanhamento técnico e elaboração das metodologias de acompanhamento e avaliação de resultados de projetos de subvenção;

Art. 30. Compete à AINV: apoiar a Diretoria-Executiva em todas as ações de investimento, sendo responsável pela elaboração das Políticas de Investimento e de Diversificação de Risco; coordenar tecnicamente a cooperação da FINEP com o BID/FUMIN para desenvolvimento da indústria de *seed venture* e *private equity* no Brasil, em todas as suas ações de investimento e empreendedorismo inovador.

§1º A AINV tem a seguinte estrutura:

I – Departamento de Investimentos em Fundos (DINV);

II – Departamento de Empreendedorismo Inovador (DEIN).

§2º Compete ao DINV: investir em empresas inovadoras através de capital inteligente, sempre buscando a aplicação e o pioneirismo na implementação das melhores práticas de governança; coordenar as ações da cooperação com o BID/FUMIN nos seus componentes de investimento.

§3º Compete ao DEIN: realizar ações e programas para o desenvolvimento do empreendedorismo inovador, apoiando as trajetórias de crescimento e consolidação das empresas em articulação com o capital inteligente; coordenar as ações da cooperação com o BID/FUMIN nos seus componentes de empreendedorismo inovador.

Art. 31. Compete a SRSP fomentar e financiar os planos e projetos de P&D e Inovação nas empresas, no âmbito do Estado de São Paulo, que resultem na criação e manutenção de vantagem competitiva e contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País, em consonância com as políticas governamentais, por meio de instrumentos de concessão de crédito, subvenção econômica e apoio à cooperação com instituições científicas e tecnológicas. A SRSP é responsável pelo fomento e acompanhamento de projetos de P&D desenvolvidos pelo setor empresarial no Estado de São Paulo e pela representação da FINEP em demandas localizadas no Estado.

§1º A SRSP tem a seguinte estrutura:

I – Departamento de Acompanhamento (DEAC);

II – Departamento de Análise (DEAN).

§2º Compete ao DEAC realizar o acompanhamento operacional e financeiro dos projetos no âmbito do Estado de São Paulo e acompanhar os indicadores de desenvolvimento dos projetos, programas, empresas e cadeias apoiadas no âmbito da SRSP.

§3º Compete ao DEAN: fomentar e financiar os projetos de P&D e Inovação previstos no plano de ação da SRSP; coordenar, no âmbito de suas atribuições, grupos de

análise técnica, emitindo pareceres que subsidiem as instâncias decisórias da FINEP; avaliar os projetos sob sua responsabilidade; realizar o fomento e a análise operacional e de crédito de projetos reembolsáveis e não reembolsáveis operados pela FINEP no Estado de São Paulo.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Seção I

Conselho Fiscal

Art. 32. O Conselho Fiscal, órgão de supervisão e acompanhamento, tem as seguintes atribuições:

- I – supervisionar as atividades da Auditoria Interna;
- II – acompanhar e verificar a execução financeira e orçamentária, podendo examinar livros ou quaisquer documentos;
- III – requisitar informações, pronunciar-se sobre prestação de contas, aumento do capital social da FINEP, e sobre assuntos de sua competência que lhe forem submetidos pelo Presidente ou pelos Conselheiros da FINEP.

Parágrafo Único. A composição e as regras de funcionamento do Conselho Fiscal são definidas no Estatuto Social.

Seção II

Conselho Consultivo

Art. 33. O Conselho Consultivo da FINEP, órgão de assessoramento estratégico do Conselho de Administração, tem as seguintes atribuições:

- I – sugerir ao Conselho de Administração diretrizes, estratégias, áreas prioritárias de atuação e projetos específicos;
- II – elaborar estudos sobre perspectivas no cenário técnico internacional e nacional nas áreas de interesse da FINEP e encaminhá-los ao Conselho de Administração;
- III – sugerir formas e fontes de captação de recursos destinados à concretização dos objetivos da instituição;

IV – analisar e estimular as propostas da Empresa que busquem consolidar a imagem que retrate seu escopo de atuação, sua finalidade básica e seus objetivos perante a sociedade, instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.

Parágrafo Único. A composição e as regras de funcionamento do Conselho Consultivo são definidas no Estatuto Social.

Seção III

Comissão de Ética

Art. 34. A Comissão de Ética, órgão de orientação e aconselhamento sobre assuntos atinentes à ética profissional, tem as seguintes atribuições básicas, além de outras estabelecidas em regulamento próprio:

I – atuar como instância consultiva dos dirigentes e empregados da Empresa no que diz respeito ao tratamento com as pessoas e o patrimônio público;

II – apurar, de ofício ou mediante denúncia, condutas que possam violar as normas éticas, encaminhando suas conclusões à Presidência da FINEP para adoção de eventuais providências cabíveis;

III – fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos funcionários, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do empregado público.

Parágrafo Único. A composição e as regras de funcionamento da Comissão de Ética são definidas em regulamento específico aprovado pela Diretoria-Executiva, observada a legislação pertinente.

Seção IV

Ouvidoria

Art. 35. A Ouvidoria, órgão responsável por garantir um canal permanente de comunicação entre cidadãos, funcionários e a Empresa, tem as seguintes atribuições básicas, além de outras estabelecidas em regulamento próprio:

I – receber solicitações, informações, reclamações, sugestões e denúncias; analisar e dar tratamento adequando, encaminhando às áreas competentes para adoção de providências, quando necessário;

II – acompanhar as providências adotadas, solicitar soluções e manter o cliente ou o funcionário informado de sua demanda;

III – gerar relatórios com dados gerenciais e gráficos estatísticos que permitam a visualização da atuação da Empresa, identificando pontos críticos e contribuindo para a busca permanente de soluções.

IV – Oferecer canais diretos, ágeis e imparciais para sugestões, elogios, críticas e denúncias.

Parágrafo Único. A composição e as regras de funcionamento da Ouvidoria são definidas em regulamento específico aprovado pela Diretoria-Executiva, observada a legislação pertinente.

Seção V

Auditoria Interna

Art. 36. A Auditoria Interna, órgão subordinado ao Conselho de Administração e vinculado administrativamente à Presidência, tem as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras definidas em regulamento próprio ou na legislação pertinente:

I – verificar a conformidade às normas vigentes dos atos de gestão orçamentária, financeira, contábil, de pessoal, patrimonial, entre outros;

II – planejar e executar auditorias preventivas e corretivas;

III – acompanhar a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação de recursos;

IV – prestar informações e acompanhar as solicitações e recomendações oriundas dos órgãos de controle internos e externos;

V – prestar assessoria, quando solicitada pelo Presidente ou qualquer dos Diretores, em relação aos assuntos de sua competência, notadamente quando ao gerenciamento de possíveis riscos decorrentes de decisões administrativas.

§1º A composição e as regras de funcionamento da Auditoria Interna são definidas em regulamento específico aprovado pelo Conselho de Administração, observada a legislação pertinente.

§2º A FINEP, através da Presidência, garantirá a disponibilidade de recursos financeiros, materiais e humanos necessários para o desempenho da função da Auditoria Interna.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. A criação de novas unidades e a extinção de unidades existentes será feita mediante Resolução da Diretoria-Executiva.

Parágrafo Único. As mudanças previstas no *caput* deste artigo deverão ser consolidadas neste Regimento Interno.

Art. 38. Os superintendentes de Área e os chefes de Departamento, todos nomeados pelo Presidente da FINEP, serão substituídos, em suas faltas e impedimentos regulamentares, por funcionário previamente designado pelo Presidente da Empresa.

Parágrafo Único. Os substitutos de que trata o *caput* deste artigo deverão acumular as funções durante os períodos de substituição.

Art. 39. Os casos omissos neste Regimento Interno serão decididos pela Diretoria-Executiva da FINEP.